

DAS RELAÇÕES ENTRE FORMA E CONTEÚDO NAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS DO PORTUGUÊS

Carlos Alexandre Gonçalves*
Maria Lúcia Leitão de Almeida**

Introdução

Como assinala Jensen (1991, p. 12), o morfema constitui a “linha de frente” da dupla articulação da linguagem, sendo caracterizado, portanto, como entidade-limítrofe entre a lingüística da forma (fonologia e sintaxe) e a lingüística do conteúdo (semântica). Modelos de análise lingüística se desenvolveram tentando explicitar o mapeamento entre expressão e conteúdo em morfologia. Com esse propósito, depararam-se com um problema “*de solução quase impossível: definir o que vêm a ser as unidades da análise morfológica*” (ANDERSON, 1985, p. 34). Neste texto, apresentamos e discutimos alguns desvios no mapeamento

* Doutor em Lingüística pela UFRJ com pós-doutorado em fonologia e morfologia pela UNICAMP. Pesquisador-bolsista do CNPq e professor-adjunto IV do Departamento de Letras Vernáculas (Setor de Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Doutora em Lingüística pela UFRJ com pós-doutorado em semântica pela UNICAMP. Professor Associado I do Departamento de Letras Vernáculas (Setor de Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

expressão-conteúdo em morfologia, tentando responder as seguintes questões: (a) em português, que situações “sabotam” o ideal de univocidade entre forma e conteúdo? (b) morfemas são, de fato, “coisas” ou podem ser interpretados como “regras” (ou padrões)? (c) expedientes usados para dar conta dos casos “mal-comportados” se mostram apropriados? e (d) como abordar casos em que um mesmo formativo veicula mais de um significado? Ao apresentar uma revisão dos casos de não-simetria entre forma e significado em morfologia, procuramos fornecer ao leitor uma visão crítica e corrente sobre esse tipo de distúrbio nas construções morfológicas do português.

Morfema: definição e problemas

Embora o conceito de morfema possa sofrer pequenas variações, em decorrência do modelo de análise adotado, há relativo consenso quanto à idéia de que “*formas mínimas dotadas de significação constituem morfemas*” (MATTEWS, 1974, p. 119). A seguir, são apresentadas sete definições para essa entidade:

- (a) Bloomfield (1933, p. 120): “*O morfema é uma forma mínima recorrente (dotada de significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes menores, sem prejuízo da significação*”;
- (b) Nida (1949, p. 259): “*Formas que possuem distintividade semântica correspondem a morfemas*”;
- (c) Togeby (1965, p. 39): “*Morfema designa o elemento fundamental e mínimo da lingüística de conteúdo*”.
- (d) Langacker (1977, p. 71): “*Um morfema tem um significado claro e constante em todos os seus usos, embora seja relativamente fácil encontrar exceções*”.
- (e) Hjelmslev (1963, p. 231): “*Apesar de o morfema corresponder ao plano do conteúdo, há casos em que elementos formais, apesar de vazios de significação, levam a morfemas por apresentarem uma clara função morfológica*”.

- (f) Crystal (1985, p. 175): “*Como todas as noções -êmicas, morfemas são unidades abstratas, realizadas por unidades discretas, conhecidas como morfes (...). Providas de significado ou de função, tais unidades (...).*”
- (g) Jensen (1991, p. 5): “*Morfemas contribuem com algum tipo de significado – ou, pelo menos, função – nas palavras das quais são constituintes*”.

Como se vê, há unanimidade na caracterização do morfema como entidade significativa, muito embora as definições apresentem divergência quanto (1) ao uso do termo significação e (2) à inclusão de outros aspectos que acompanham a natureza dessa unidade de análise lingüística. Em linhas gerais, tais definições se sustentam quando há estrita relação bidirecional, de um-para-um, entre forma e significado. Muitas questões surgem em função desse mapeamento, o que esvazia a noção de morfema e torna necessária uma discussão dos casos que sabotam esse ideal de correspondência.

Para dar conta da falta de simetria no mapeamento forma-significado, muitas soluções foram propostas, como, por exemplo: (a) analisar os casos menos sistemáticos como “tipos especiais de formativos”; (b) propor operações fonológicas que expliquem diferentes realizações superficiais de elementos morfológicos; (c) admitir a existência de casos não-morfêmicos; (d) prever morfemas que não se materializam fonologicamente; e (e) postular que regras são também morfemas.

Resumindo, assumir que palavras são segmentadas em partes mínimas significativas – pilar de sustentação dos estudos morfológicos de base estruturalista e gerativa – leva a um número significativo de problemas, sabotando o ideal de univocidade entre unidades semânticas e expressões fonológicas.

Modelos baseados na noção de item (e não na de palavra) tendem a conceber a morfologia como um módulo linear, sintagmaticamente determinado pela adição de formas que portam significados (ou funções). Processos morfológicos de natureza não-aglutinativa, como, por exem-

plo, a reduplicação ('quebra-quebra'; 'puxa-puxa'), o truncamento ('salafrário' > 'salaфра'; 'delegado' > 'delega') e o cruzamento vocabular ('mautorista' << 'mau' + 'motorista'; 'chafé' << 'café' + 'chá'), não são elegante-mente acolhidos nessa análise de um-para-um entre forma e conteúdo e constituem, nas palavras de Hockett (1947, p. 230), "*uma difícil manobra, contudo necessária*". Elencamos, na próxima seção, uma série de casos que conspiram contra uma correspondência unívoca entre forma e significado na morfologia do português.

Sabotando o mapeamento forma-significado na morfologia do português

Palavras nem sempre são divididas em partes discretas, i. e., às vezes, há uma unidade semântica que não apresenta expressão na palavra. Chamemos essa situação de "**o caso do formativo Ø**". Motivado pelos ideais estruturalistas de oposição, congruência e equilíbrio, o Ø é uma forma coberta, nos termos de Harris (1958), depreendida a partir do contraste explícito com formas abertas (representadas fonologicamente) que veiculam informação categorial de uma mesma classe.

Em português, são detectados Ø nas formas de masculino e singular, nos nomes, e nas formas de presente do indicativo e 3ª pessoa do singular, nos verbos. Assim, palavras como 'carro' e 'cantamos' apresentam Ø porque não se valem de formas abertas para representar, nesta ordem, as categorias gramaticais 'singular' e 'presente do indicativo'. Temos, nessas palavras, conteúdos que não se materializam fonologicamente, o que sugere a existência de vazios significativos.

Nem todos os estruturalistas foram unânimes na aceitação de Ø como entidades morfologicamente relevantes. Gleason Jr. (1961: 80), por exemplo, descreve esse elemento como "*logicamente insustentável*" e "*absolutamente desnecessário*", argumentando que se seria possível "*adicionar livremente zeros de toda a ordem às nossas descrições, cada um deles tão defensável como o último*". Até morfólogos que defendem a existência de Ø nas línguas humanas, mostra Rosa (2000: 57), "*advertiram para a parcimônia com que deveriam ser empregados*". Em linhas gerais, Ø são comumente aceitos para caracterizar unidades da flexão, sendo postulados para representar elementos não-marca-

dos de uma determinada categoria lingüística. Dessa maneira, o uso de \emptyset é cognitivamente motivado (BYBEE, 1985): tende a caracterizar elementos básicos ou conceptualmente mais simples.

Se, por um lado, unidades de conteúdo podem não ser representadas fonologicamente, por outro, seqüências fônicas segmentáveis podem não ser associadas a unidades de conteúdo. Tem-se, nessa situação, o que se pode chamar de “**o caso dos formativos assemânticos**”, ou seja, dos elementos de expressão sem conteúdo. Possibilitados pela alta transparência dos elementos a que se associam, formativos assemânticos – também conhecidos como morfes vazios (HOCKETT, 1947) ou formas não-morfêmicas (CABRAL, 1980) – são unidades de vários tipos em português:

- (1) Índices temáticos (ou morfes classificatórios, na terminologia de Hockett, 1947). Vistas como unidades da flexão, tais marcas não veiculam qualquer informação semântica, muito embora apresentem importante função morfológica: servem para agrupar formas da língua em classes flexionais, como fazem as vogais temáticas verbais do português;
- (2) Vogais e consoantes de ligação (ou morfes relacionais, ainda na terminologia de Hockett, 1947). Essa classe vem representada por segmentos fônicos que entram em determinados contextos para possibilitar junturas, de acordo com os padrões fonotáticos da língua. Há análises que não os levam em conta como elementos isoláveis, mas como partes do constituinte que os precede ou os segue. Por exemplo, pode-se pensar na seqüência /-al/ como sufixo responsável pela noção de “lugar em que se concentram plantações de X”, como ocorre em ‘pessegal’, ‘laranjal’ e ‘coqueiral’. Em formas como ‘cafezal’ e ‘cajazal’, pode-se admitir a existência de um /-z-/ como morfe-ponte (uma espécie de “cola morfológica”) entre as bases e o sufixo ‘al’. A presença desse /-z-/ é justificável em termos fonotáticos: aparece para impedir adjacência vocálica e, conseqüentemente, inibir a existência de sílabas sem ataque. Como alternativa, poder-se-ia analisar /z/ como

membro do sufixo e, com isso, considerar a existência de uma variação condicionada fonologicamente¹. Essa análise alternativa, no entanto, esbarra num outro distúrbio de mapeamento, a alomorfia, como descreveremos mais adiante;

- (3) Seqüências fônicas não-recorrentes. Tais unidades conferem ao item morfológicamente complexo sentido exclusivo, específico e não-previsível. Nesse grupo, incluem-se falsas bases e falsos afixos, chamados basóides e afixóides (ROCHA, 1998), que, por não serem recorrentes, contrariando a definição de Bloomfield (1933), apresentada na seção precedente, aparecem em construções isoladas. Exemplos de basóides são encontrados em (01): palavras em que a segmentação é possível graças à alta transparência semântica do afixo (primeira coluna)² e à existência de padrões derivacionais gerais (segunda coluna), como o que caracteriza as formações X-aria e X-eiro. Exemplos de afixóides são vistos em (02), em que a base, por ser uma palavra da língua, autoriza o fatiamento.

(01)	manada	marcenaria / marceneiro
	bursite	serralheria / serralheiro
	mercenário	padaria / padeiro
	moroso	carpintaria / carpinteiro
	rústico	artilharia / artilheiro

(02) casebre – carniça – corpanzil – copázio – marujo – ferrolho

- (4) Fonestemas (fon (phono) = som + est (aesthé) = perceber + ema – unidade estrutural). Fonestemas são seqüências fônicas recorrentes que associam algumas poucas palavras com significado relacionado

¹ Os elementos relacionais efetivamente encontrados em novas formações são /z/ e /d/, que podem ser consideradas consoantes epentéticas por excelência na língua. O primeiro aparece em formações denominais ('cafezinho', 'cajazeiro') e o segundo, em formações deverbais ('arrumadeira', 'encanador'). Os demais elementos relacionais constituem resíduos históricos e podem receber interpretações variadas, incluindo a analogia ('cafeteira').

² Nesses exemplos, o enquadramento das formas num paradigma semanticamente regular possibilita a interpretação genérica do produto: grupo de X ('manada'), inflamação em X ('bursite') e assim sucessivamente.

(JOSEPH, 1998). Muitos vocábulos negativos do português, como os que aparecem na primeira coluna de (03), apresentam uma nasal recorrente a que se pode atribuir uma identidade de significado: negação. No entanto, se tais formas são reconhecidas no interior de unidades maiores, destroem-se, para o restante do vocábulo, as relações de som e significado que fundamentam a segmentação em unidades mínimas. O mesmo acontece com os dados da segunda coluna de (03), nos quais a isolabilidade de /k/ como suposto elemento caracterizador de pergunta levaria à proposição de vários elementos não-morfêmicos³:

(03)	não	quando
	nada	quanto
	ninguém	qual
	nenhum	quem
	necas	que

(5) Morfes supérfluos (ANDERSON, 1982). Há determinadas formas que aparecem no interior do vocábulo sem qualquer tipo de motivação fonológica. É o caso da vogal -a em dados como ‘lindamente’ e ‘gloriosamente’. O que fazer com essa vogal, numa análise composicional do significado do produto? De acordo com Rosa (2000: 64), seria possível classificá-la como marca de feminino, mas, argumenta a autora, “*essa marca é decididamente supérflua num vocábulo invariável*” e, pior ainda, “*incompatível com o significado da palavra*”. Caso esse -a seja entendido como expressão de gênero feminino, outro problema se coloca: “*marcar uma flexão (supérflua) antes da derivação*” (ROSA, 2000: 64). Podemos apelar para outras soluções, mas estaríamos saindo de um problema para entrar em outro. Nos dados a seguir, aparecem elementos supérfluos. Nessas palavras, as bases as formas realmente recorrentes são grafadas em negrito:

³ Cumpre enfatizar que não é o fonostema o elemento não-morfêmico. Na verdade, a sequência fônica que sobraria após a segmentação é que seria interpretada como não-significativa.

(04) **chiqu-et-ésimo**
minim-al-idade
satisfeit-is-íssimo

Em todas as situações até aqui apresentadas, as informações morfológicas – apesar da falta de correspondência forma-conteúdo – podem ser devidamente isoladas, já que se sucedem numa linha temporal. Há casos, no entanto, em que é simplesmente impossível demarcar as informações morfológicas. Palavras podem apresentar claramente dois (ou mais) significados, sendo difícil estabelecer a segmentação. Chamemos essa situação de “**o caso das fronteiras morfológicas**” e vejamos a concretização desse tipo de fenômeno em dados da língua portuguesa.

Processos não-aglutinativos não se ajustam bem a “caixotes morfológicos” e, por isso mesmo, são de difícil segmentação. Formas replacitivas (ou alternativas) ilustram bem o problema das fronteiras em morfologia. Atuando em conjunto com uma marca morfológica aditiva ou *Æ* (estas interpretadas como morfêmicas), replacitivos (chamados por Câmara Jr. (1970) de sub-morfêmicos ou de reforço) caracterizam-se por uma mudança na constituição fonológica da base e, por isso, são vistos como casos de flexão interna (manifestação no próprio radical). Essa mudança vem a ser o abaixamento vocálico, no caso do gênero e do número (‘n[ô]vo’, ‘n[ó]va’, ‘n[ó]vos’), ou diferenças na altura, em formas do paradigma verbal (‘d[u]rmo’, ‘d[ó]rme’, ‘d[ô]rmimos’), explicáveis por *umlaut* (ou metafofia).

Alternâncias vocálicas de reforço também são encontradas na derivação. Poucos são os sufixos átonos do português. Dentre eles, destaca-se *ico*, formador de adjetivos. Nas formas resultantes, a informação aditiva (acréscimo do afixo) é acompanhada por uma mudança na qualidade vocálica – chamada de abaixamento dactílico (WETZELS, 1992), como nos dados da primeira coluna de (05), a seguir, e de abaixamento espondáico (segunda coluna) –, o que evidencia não estar o replacitivo circunscrito aos paradigmas flexionais, como atestam os dados abaixo, que sugerem a existência de neutralização também na série tônica (WETZELS, 1992; BISOL, 2002).

(05)	cal[ô]r – cal[ó]rico	d[ô]ce – d[ó]cil
	esquel[ê]to – esquel[é]tico	m[ô]lver – m[ó]vel
	metáf[ô]ra – metaf[ó]rico	pr[ô]jetar – proj[é]til

Radicais também podem se modificar para expressar a categoria sintática da palavra. É o que acontece na sistemática oposição de classes a seguir, em que o nome é sempre caracterizado pela vogal média fechada, em oposição à forma verbal, categoricamente representada pela média aberta:

(06)	(o) esf[ô]rço	(eu) esf[ó]rço	(o) ap[ê]lo	(eu) ap[é]lo
	(o) tr[ô]co	(eu) tr[ó]co	(o) ap[ê]go	(eu) ap[é]go
	(o) ch[ô]ro	(eu) ch[ó]ro	(o) com[ê]ço	(eu) com[é]ço
	(o) ref[ô]rço	(eu) ref[ó]rço	(o) ap[ê]rto	(eu) ap[é]rto

Outro caso de difícil “manobra”, por não envolver seqüenciação linear de formas, é o *minus* morfema (morfe subtrativo). Na visão de Nida (1949, p. 75), morfes subtrativos devem ser postulados para acolher casos em que a expressão de um traço gramatical se faz através da diminuição do corpo fônico da palavra-base. Consistem, pois, na perda de um ou mais sons para marcar oposição entre membros de uma mesma categoria. Pares como ‘irmão’/’irmã’ e ‘órfão’/’órfã’, entre outros, evidenciam que as formas de feminino são caracterizadas pela queda da semivogal do masculino. Num modelo do tipo IP (Item-e-Processo)⁴, poder-se-ia pensar numa forma básica marcada pela presença de um arquivonema nasal travador de sílaba (/iR’maN/ e /’óRfaN/). O segmento final dessas formas abstratas se torna visível nas operações derivacionais, como em ‘irmanar’ e ‘orfanato’, e é suprimido, quando, em fronteira morfológica de flexão, precede o /-a/ de feminino, nasalizando-o e ocasionando a posterior degeminação das vogais finais, como se observa no esquema a seguir:

⁴ Em linhas gerais, no modelo IA (Item-e-Arranjo), palavras são vistas como seqüências lineares (combinações, arranjos) de morfes (itens). Adota-se, para tanto, a idéia de que as informações morfológicas podem ser devidamente dispostas num molde previamente estabelecido. O modelo alternativo, Item-e-Processo, prevê o uso de processos fonológicos para descrever as relações formais entre palavras.

(07) /iR'maN/	(forma básica)
/iR'maN/ + /-a/	(regra morfológica)
/iR'maNə/	(concatenação)
/iR'mãə/	(queda de nasal e nasalização de vogal precedente)
/iR'mã/	(degeminação)
<irmã>	saída

A representação em (07), típica de modelos que prevêem derivação serial a partir de uma representação mais abstrata, como o gerativo *standard* (CHOMSKY & HALLE, 1968), leva a repensar o *minus* morfema como entidade relevante numa análise morfológica. Na proposta formalizada em (07), a aparente redução de corpo fônico pode ser atribuída à atuação de processos fonológicos em série sobre o que se chama de forma básica (ou representação subjacente). Nesse caso, o acréscimo de -a à forma do masculino desencadeia uma série de regras segmentais ordenadas que fazem com que o produto não manifeste a presença do morfema. Tal solução, apesar de mais abstrata, atribui à fonologia a irregularidade encontrada na morfologia.

Se, por um lado, é relativamente natural a explicação para a falta de -a em dados como 'irmã' e 'órfã', por outro, como descrever a atuação de regras fonológicas ordenadas nos casos de truncamento (primeira coluna de (08) a seguir) e hipocorização (segunda coluna)? Que processos segmentais explicariam o encurtamento, extremamente necessário para sinalizar a informação morfológica?

(08)	delegado > delega	Rafael > Rafa
	salafrário > salafra	Alexandre > Xande
	Maracanã > Maraca	Gertrudes > Tude
	Sapatão > sapata	Mariana > Mari

Tais processos, modernamente acolhidos sob a rubrica 'morfologia subtrativa' (PIÑEROS, 2000), vêm recebendo tratamento adequado num modelo chamado Morfologia Prosódica (McCARTHY & PRINCE, 1998), que descreve fenômenos não-concatenativos à luz de dispositivos como moldes e circunscrições. Nas abordagens anteriores ao advento

da Morfologia Prosódica, no entanto, tais processos foram deliberadamente relegados a segundo plano, sendo denominados de “marginais” e “idiossincráticos”⁵.

Também há dificuldade de se demarcarem fronteiras nos casos em que um conteúdo morfológico se manifesta prosodicamente. Determinadas informações morfológicas podem ser expressas através de alterações na configuração prosódica da palavra-base, como variações no tom, na duração vocálica e no acento lexical. Em português, os chamados morfemes suprasegmentais (também conhecidos como ‘suprafixos’) servem para expressar diferenças de tempo e mudanças de classe. A oposição entre o futuro do presente e o pretérito mais-que-perfeito, como em ‘cantará’ vs. ‘cantara’, evidencia que a informação quanto ao acento deve estar contida no formativo -ra: se átono, caracteriza formas de mais-que-perfeito; se tônico, formas de futuro.

Todos os exemplos da primeira coluna de (09), a seguir, caracterizam formas verbais, em oposição aos exemplos da segunda coluna, categorizados como nomes. O que acontece nesses pares é que o acento, como determinados afixos derivacionais da língua (-ção, mento, -agem), sinaliza a categoria sintática da palavra: o verbo é paroxítono, em oposição ao nome, sempre proparoxítono⁶.

(09)	fabrica	fábrica
	refugio	refúgio
	secretaria	secretária
	auxilio	auxílio
	negocio	negócio

Dados como esses corroboram a idéia de que morfemas não são necessariamente “coisas”, podendo ser vistos também como processos / operações. Recorrendo a Anderson (1982, p. 153), podemos afirmar

⁵ Para aprofundamento no tema, remeto o leitor ao artigo de Gonçalves (2004), que apresenta os processos não-concatenativos do português e os descreve à luz da Morfologia Prosódica.

⁶ Não é por acaso que a nominalização regressiva de ‘rubricar’ seja freqüentemente produzida ‘rúbrica’, com acento proparoxítono, contrariando a norma estabelecida como padrão – ‘rubrica’, forma anômala na língua.

que replacitivos, subtrativos e suprasegmentais fazem parte do grupo dos “mal-comportados”, ficando mal acomodados num modelo do tipo IA (Item-e-Arranjo), justamente porque é difícil segmentar “*a forma de superfície que contém essas categorias, de modo que alguma subparte de sua estrutura constitua o morfe em questão*”.

Também são mal-comportadas, por envolver questões de fronteira e, não raro, requerer acesso a informações prosódicas, as chamadas formas descontínuas. Nessa situação, uma só unidade formal é dividida em frações e aparece em diferentes lugares da cadeia sintagmática. No seu interior, outra forma se inclui, tornando-a descontínua. Formativos descontínuos podem ser de naturezas variadas: raízes, afixos flexionais e afixos derivacionais.

Infixos exemplificam casos mais típicos de descontinuidade morfológica: inserem-se por completo no interior da raiz, fracionando-a em partes não-discretas. Em árabe, por exemplo, uma seqüência triconsonantal simples (padrão CCC para raízes) é responsável pela veiculação de inúmeros significados relacionados, como se observa nos dados abaixo.

(10)	*ktb	‘escrever’
	katab	‘ele escreveu’
	katib	‘escrevendo’
	kitab	‘livro’

Em português, a descontinuidade morfológica aparece em dois afixos: um flexional e outro derivacional. No primeiro caso, incluem-se as formas de futuro do presente e futuro do pretérito. No segundo, os casos de parassíntese (ou circunfixação / simulficação).

A técnica da comutação possibilita identificar -ra e ria como elementos veiculadores das noções de ‘futuro do presente’ e ‘futuro do pretérito’, respectivamente. Essas unidades mínimas indivisíveis podem ser fracionadas para que, em seu interior, seja anexado um clítico de objeto: ‘encontrar-se-á’, ‘encontrar-me-ia’. Seja qual for a interpretação dada ao clítico, fato é que, em termos estruturais, ele é responsável pela cisão

do formativo modo-temporal nesses usos mais típicos do português europeu.

Nos casos de parassíntese, um prefixo e um sufixo são adicionados simultaneamente a uma base para efeitos de mudança de classe e expressão de conteúdo aspectual. Como só há uma diferença de significado entre derivado e derivante, uma possível solução seria considerar que um dos elementos (o prefixo ou o sufixo) é desprovido de conteúdo, interpretando-o, pois, como asemântico. De qualquer modo, estaríamos evitando uma situação (descontinuidade morfológica) para criar outra (morfes não-morfêmicos).

Uma proposta alternativa – que evitaria a proliferação indiscriminada de formas sem significado – seria considerar a parassíntese como um caso de circunfixação (SPENCER, 1993), no qual há adição simultânea de elementos nas posições inicial e final. Como o formativo literalmente se divide em dois, no seu interior é anexada a raiz, como se observa no esquema a seguir:

(11)	/-1	√	+1/
	en	triste	ecer
	en	velho	ecer
	em	pobre	ecer
	em	rico	ecer
	/eN	ecer/ _{tornar-se X}

Talvez o caso de mais difícil sistematização, em termos de combinação linear das informações morfológicas, seja a reduplicação – outro mal-comportado da morfologia (ANDERSON, 1982). Na literatura, a reduplicação pode ser analisada como “coisa” ou como “regra”. No primeiro caso, bem ao estilo Item-e-Arranjo, a reduplicação envolve elementos aditivos (prefixos e sufixos) ou descontínuos (infixos). Uma abordagem dessa natureza se depara com um questionamento imediato: que afixo é esse que, para expressar a mesma noção, utiliza-se de formas tão variadas? Qual é, de fato, o “recheio”, i. e., a massa fônica responsável pela expressão do conteúdo? Gleason Jr. (1961, p. 143) define a reduplicação como “*afixos com formas extremamente variáveis*”. Conforme

aponta Rosa (2000), Gleason Jr. analisa a reduplicação apenas como uma lista morfemas aditivos, perdendo em generalidade.

Uma segunda interpretação, mais condizente com a abordagem Item-e-Processo, considera a reduplicação um mecanismo de cópia: consiste na repetição (total ou parcial) de uma base. Apesar de mais apropriada em termos de generalização, essa análise também se depara com questionamentos inevitáveis: (i) qual é a natureza do elemento copiado? e (ii) como se dá o processo de cópia?

Os dados a seguir, extraídos de Rosa (2000), evidenciam que o redobro leva à expressão do número no verbo samoano. A reduplicação consiste na cópia da penúltima sílaba da base, tornando-a descontínua.

(12)	manao (“quer”)	mananao (“querem”)
	matua (“é velho”)	matutua (“são velhos”)
	malosi (“é forte”)	malolosi (“são fortes”)
	punou (“retesa”)	punonou (“retesam”)
	pese (“canta”)	pepese (“cantam”)
	alofa (“ama”)	alolofa (“amam”)

Vista como processo, essa operação pode ser explicada nos seguintes termos: a categoria número plural, nos verbos, manifesta-se pela repetição da penúltima sílaba da forma singular. Essa análise permite captar a generalização de que o elemento que veicula a informação de plural não é /na/, /tu/, /lo/ ou /pe/ – que, na análise de Gleason Jr., constituiriam uma lista de alomorfes que expressam o mesmo conteúdo –, mas a repetição de um constituinte da base.

Em português, a reduplicação é um fenômeno responsável pela nominalização⁷: a repetição de uma forma verbal na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (a) leva à criação de um nome, (b) manifesta o

⁷ Há casos de reduplicação mais marginais na língua, como atestam Gonçalves & Albuquerque (2004): (1) em início de palavras, caracterizando relações de parentesco (‘mamãe’, ‘papai’, ‘vovô’, ‘títio’); (2) em final de palavras, expressando intensidade (‘bololô’, ‘chororô’); (3) em situações de *baby-talk* (‘dedera’, ‘cocoto’, ‘papato’); e (4) na formação de hipocorísticos (‘Dedé’, ‘Fafá’).

aspecto iterativo⁸ e (c) pode, inclusive, rotular novos referentes, apresentando, portanto, função lexical:

- (12) esfrega-esfrega (ato de esfregar repetidas vezes)
empurra-empurra (ato de empurrar repetidamente)
corre-corre (confusão)
puxa-puxa (tipo de doce)
pega-pega (brincadeira infantil)
come-come (jogo de vídeo-game)

Elementos descontínuos e reduplicativos não são perfeitamente adaptáveis ao esquema de “caixotes morfológicos” porque (a) nem sempre se sucedem numa linha temporal e, em função disso, (b) é difícil determinar onde começa e termina a informação morfológica. De fato, a morfologia que se manifesta pela adição linear de formas se adapta bem aos ideais de univocidade e isolabilidade e, por isso, recebeu tratamento relativamente adequado. Ao contrário, a morfologia que, de uma forma ou de outra, não se manifesta por estrito encadeamento de peças morfológicas dificilmente se acomoda a esse esquema e, em função disso, foi relegada a segundo plano.

Outra situação que sabota o ideal de univocidade entre forma e conteúdo é “**o caso da alomorfia**”, uma vez que as informações morfológicas nem sempre se realizam da mesma maneira nos diversos ambientes em que se manifestam. Dessa constatação, deriva a idéia de que morfemas são, na verdade, classes de morfes: elementos diferentes em forma, mas com distintividade semântica comum, são vistos como membros de uma mesma classe de morfemas. A alomorfia constitui fenômeno de “sabotagem” no ideal de correspondência unívoca porque, nesse caso, tem-se uma relação de um-para-muitos entre conteúdo e expressão (um significado relacionado a várias formas).

Num modelo do tipo IA, a alomorfia é explicada em termos distribucionais: *séries estruturais diferentes constituem a base para a com-*

⁸ O termo iterativo é utilizado para indicar um evento que acontece repetidas vezes, opondo-se, portanto, a pontual.

binação de possíveis alomorfes num morfema apenas (NIDA, 1949: princípio (c) de identificação de morfemas). Num modelo do tipo IP, elege-se uma forma como básica, sendo as demais explicadas em termos de operações fonológicas. Analisemos a alternância abaixo:

(13)	[i]legal	[ĩ ^m]possível	[i.n]apto
	[i]moral	[ĩ ⁿ]certo	[i.n]experiente
	[i]rreal	[ĩ ^h]justo	[i.n]útil
	[i]negável	[ĩ ^ŋ]correto	[i.n]igualável

Como se vê, as diferenças fônicas observadas na forma do prefixo de negação são previsíveis e evidenciam um caso típico de distribuição complementar: o segmento vocálico oral ([i-]) ocorre antes de uma soante (nasal ou líquida); o segmento vocálico nasal ([ĩ-]), seguido de nasal tautossilábica, aparece sempre que a palavra-base se inicia por uma consoante (oclusiva ou fricativa); por fim, a seqüência bifônica constituída de vogal + consoante nasal alveolar heterossilábica ([i.n]) caracteriza somente o último bloco de formas – as iniciadas por vogal.

Por questões de simplicidade e economia, podemos pensar em /iN-/ como forma básica do prefixo de negação em português. Todas as diferentes realizações podem ser descritas por processos fonológicos regulares que modificam a configuração básica desse elemento, inspecionando a classe maior do som que inicia a palavra-base. Assim, nos dados da primeira coluna, a ausência de consoante nasal é explicada pela atuação de um processo de dissimilação, regulado por um princípio conhecido como OCP⁹: a consoante abstrata é apagada quando em contato com outra soante, seja ela nasal ou não. Na segunda, ao contrário, a nasal abstrata assimila o ponto de articulação da consoante vizinha, tornado-se labial ([ĩ^m]possível), alveolar ([ĩⁿ]certo), palatal ([ĩ^h]justo) ou velar ([ĩ^ŋ]correto), em função do local de articulação desse segmento. Por fim, nas palavras iniciadas por vogal essa consoante abstrata passa da posi-

⁹ OCP é a abreviação da expressão inglesa *Obligatory Contour Principle* (Princípio do Contorno Obrigatório). Nos atuais estudos de fonologia, esse princípio bloqueia a adjacência de elementos idênticos numa mesma camada. Nos dados em análise, OCP explica o apagamento da nasal porque, na concatenação morfológica, duas soantes ficam contíguas.

ção de coda para a de *onset* silábico, seguindo o princípio de silabificação que prevê a ligação de consoantes primeiramente nessa margem da sílaba (o chamado Princípio de Maximização do Ataque). Com isso, adquire o ponto de articulação *default*, coronal, como acontece em outros processos morfológicos do português: ‘rã’ >> ‘ranário’; ‘fim’ >> ‘final’; ‘um’ >> ‘único’; ‘gostosão’ > ‘gostosona’.

Dados como os apresentados em (13) levaram o modelo gerativo-padrão a negar a existência de um módulo morfológico autônomo. Assim, questões morfológicas que puderam ser resolvidas fonologicamente, como a alomorfia aqui descrita, foram abordadas em termos de derivação serial, recorrendo-se, para tanto, aos chamados símbolos de fronteiras: [+] para fronteiras de morfemas e [#] para fronteiras de palavras. Com isso, parte da morfologia, incluindo-se, aí, a realização de suas unidades de análise, foi incorporada ao componente fonológico.

Se, por um lado, é relativamente natural que a forma de primitivos morfológicos se altere na concatenação, por outro, o que dizer a respeito dos dados a seguir, em que o radical se modifica sem nenhuma causa fônica aparente? Sem dúvida alguma, esses casos envolvem alomorfia, no sentido estrito do termo, mas informações gramaticais, como tempo e aspecto, aparecem fundidas com o conteúdo lexical da base. Na proposta cognitivista de Bybee (1985), dados desse tipo são explicáveis pela alta relevância do tempo, do modo e do aspecto para o significado do verbo – quanto maior a relevância do conteúdo gramatical, maior a chance de fusão na expressão morfológica (GONÇALVES, 2005).

(14)	/poN/	ponho, põe, ponha, ponhamos
	/puN/	punha, púnhamos, punham
	/puS/	puséramos, pusemos, puséssemos, puser
	/poR/	porei, poríamos, poremos, poria

Como se vê em (14), a forma /puN/, além de veicular a informação de “colocar, agrupar, botar”, também expressa as noções de tempo e modo, haja vista ser usada somente no imperfeito do indicativo. A mesma

afirmação pode ser feita em relação à variante /poN/, que sempre aparece associada ao presente, nos modos indicativo, subjuntivo e imperativo¹⁰. O imperativo apresenta a mesma forma de raiz que o presente. Do ponto-de-vista do tempo, podemos dizer que o modo imperativo, por expressar uma ordem, veicula a noção de presente. Dito de outra maneira, formas com a sílaba <po> seguida de nasal palatal ('ponho') ou de semivogal nasal ('põe') mesclam o significado 'por' com o de 'tempo presente', de modo que o conteúdo gramatical aparece fundido com o lexical. Uma vez que todas as formas verbais com /poN/ remetem ao presente, podemos afirmar que a noção de tempo figura no próprio radical do verbo.

Formas com /poR/ sempre veiculam a noção de futuro (do presente ou do pretérito, nos modos indicativo e subjuntivo). Por fim, /puS/ se associa ao pretérito perfeito e ao mais-que-perfeito. Como se vê, as várias realizações do radical servem para expressar tempo, aspecto e modo, significados diretamente relevantes para o conteúdo do verbo. São bem mais raras fusões com as categorias número e pessoa, dada sua baixa relevância para o significado do verbo (GONÇALVES, 2005), já que fazem referência ao sujeito (não ao evento verbal propriamente dito). Assim, alternâncias no radical podem ser explicadas pelo fenômeno da fusão. No entanto, temos, ainda assim, um distúrbio no mapeamento forma-significado, já que um item monomorfêmico veicula mais de um conteúdo. Há, nos dados de (14), o que se pode denominar de “**o caso da cumulação**” – fenômeno de análise morfológica em que uma forma indecomponível comporta mais de um significado.

A cumulação constitui empecilho para o ideal de univocidade entre expressão e conteúdo em morfologia, já que, no chamado *portmanteau*¹¹,

¹⁰ O imperativo apresenta a mesma forma de raiz que o presente. Do ponto-de-vista do tempo, podemos dizer que o modo imperativo, por expressar uma ordem, veicula a noção de presente.

¹¹ Originalmente, o termo *portmanteau* (do francês 'cabide') foi introduzido por Hockett (1947) para denominar um morfe que corresponde a dois ou mais morfemas. Esses morfemas apresentam os mesmos traços gramaticais de outros que vem em seqüência em certos contextos. É o caso da crase em português. *Portmanteau* é também o termo utilizado por Piñeros (2002) para batizar o processo de formação de novas palavras que não se identifica nem com a composição propriamente dita, nem tampouco com a derivação – o cruzamento vocabular ('sacolé', 'chafé'). Daí esses autores chamarem de *portmanteaux* os vocábulos cruzados que apresentam segmentos ambimorfêmicos (comuns às duas bases).

uma forma não-analisável em unidades menores veicula, simultaneamente, dois (ou mais) conteúdos. Toda a flexão verbal portuguesa é marcada pela presença de elementos cumulativos, uma vez que a informação temporal se superpõe à de modo e aspecto, da mesma forma que a de pessoa aparece interseccionada com a de número. Além da cumulação de significados, elementos morfológicos também podem ser caracterizados pelo entranhamento de funções. Tal é o caso dos sufixos nominalizadores, como *mento* e *ção*, por exemplo, que, além de veicular um significado e promover mudança categorial (de verbo para nome), são também responsáveis pela atribuição de gênero.

Uma situação diametralmente oposta à observada na alomorfia é “**o caso da identidade formal**”. Nessa situação, não se tem distintividade fonética, mas distintividade semântica, isto é, uma mesma seqüência fônica veicula mais de um significado. Surgem, de imediato, dois questionamentos: (a) haverá tantos formativos quantos forem os significados? e (b) o que, de fato, caracteriza as unidades da morfologia, a forma ou o conteúdo?

Do conteúdo para a forma: novas maneiras de sabotagem?

A homonímia pode se constituir num problema para o ideal da univocidade na relação forma / significado em morfologia. Isso porque a ela se associam dois diferentes critérios: o sincrônico e o diacrônico. Sob o critério sincrônico, são homônimas as formas cujos significados não podem ser entendidos como relacionados pelo falante; sob o critério diacrônico, são homônimas as formas que, embora apresentem a mesma seqüência fonológica num determinado momento do tempo, têm étimos diferentes. Em ambas as perspectivas, a homonímia não seria mais que um acidente histórico. Observemos o clássico exemplo de “cabo”, acidente geográfico, ou “cabo”, parte do utensílio de cozinha por onde ele pode ser segurado. Sob o ponto de vista sincrônico, teremos formas homônimas, já que é aparentemente impossível relacionar os dois significados; sob a perspectiva diacrônica, não teremos homonímia, mas polissemia, pois as palavras vêm do mesmo étimo: ‘caput’ (cabeça em latim).

Se a homonímia é pensada diacronicamente, ela se constitui num falso problema na relação de um-para-um entre significado e forma. Na realidade, estaríamos diante de duas formas diferentes, com significados igualmente diferentes, que se igualaram. É o caso de ‘são’, em suas três acepções – (a) verbo ‘ser’, 3ª. pessoa do presente do indicativo; (b) sinônimo de saúde; e (c) redução de ‘santo’ – provenientes, respectivamente, de ‘sunt’, ‘sanus’ e ‘sancti’.

A homonímia, entretanto, sob o conceito sincrônico, pode realmente transtornar o ideal de equilíbrio das estruturas lingüísticas e, por isso, foi bastante tratada nas diferentes escolas formalistas, de Saussure a Bloomfield, e reconhecida como tal por Chomsky e discípulos. O que é interessante notar é que a homonímia prolifera a partir de escolhas teóricas dessas escolas por privilegiar a ‘*langue*’, o sistema, a independência do conhecimento lingüístico em si (dissociado do enciclopédico), o reconhecimento de um significado básico, primário. Análises que transformam fenômenos polissêmicos em homonímias (como a de “caput” acima) são chamados por Silva (2006: 29) de **estratégias homonimistas** – hábito da análise distribucional e gerativa de descrever e representar um item lexical em termos de entradas independentes homônimas. A radicalização foi de tal monta que, lembra Silva (2006), a análise de Geckeler (1976) do campo lexical dos adjetivos de idade aponta para duas entradas de ‘*vieux*’: uma para idade própria (homem velho) e outra para idade de função (meu velho amigo).

Adotando o critério diacrônico para a homonímia, podemos afirmar que esse fenômeno também se manifesta na morfologia. Em todos os casos apresentados em (15) a seguir, é possível falar em ‘homomorfia’ – uma relação de homonímia encontrada em elementos morfológicos:

- (15) -s (elemento que expressa plural, nos nomes) e -s (marca de 2ª. p. sing.)
-a (marca de gênero feminino) e -a (vogal temática de 1ª. conjugação)
-o (vogal temática nominal) e -o (desinência de 1ª. p. do presente)

Em todos os dados de (15), aparece uma outra característica da homonímia – a diferença de classe. Observe-se que as formas idênticas estão relacionadas à flexão e aparecem em palavras de classes diferentes – nome, no primeiro caso, e verbo, no segundo. Não é raro, no entanto,

encontrar homomorfia entre afixos de mesmo tipo (derivacional) em formas de uma mesma classe. Tal fato pode ser observado nos dados abaixo:

(16)	departamental	laranjal
	regional	bananal
	construcional	coqueiral
	mortal	cafezal
	vital	jaboticabal

Observe-se que os dados em (16) têm em comum o formativo -al, que, no entanto, manifesta diferentes significados. No primeiro caso, -al forma adjetivos a partir de substantivos e provém do sufixo latino -alis; no segundo, indica o local em que se encontram plantações do que se especifica na base e se relaciona aos étimos latinos *are* e *ar* (CUNHA, 1982; p. 62). Na morfologia derivacional, uma atividade arqueológica em relação às palavras pode revelar homonímias esclarecedoras envolvendo afixos do português.

A polissemia e sua manifestação na morfologia do português

É comum que se ache em compêndios que tratam da derivação a citação de determinado afixo associado a seus possíveis valores, depreendidos de análises localizadas. Lembramos, a título de exemplificação, o sufixo -eiro, sobre o qual se fala que pode formar (a) agentes habituais ou profissionais, (b) locais, (c) fenômenos da natureza e (d) objetos, acepções ilustradas com palavras como 'jornaleiro', 'galinheiro', 'nevoeiro' e 'cinzeiro'. Fato similar se dá com outros sufixos agentivos, como -nte e dor.

Se os sufixos são acrescentados a bases e se os diversos significados que veiculam são independentes entre si, então, seriam os sufixos derivacionais manifestações de homonímia morfológica (homomorfia)? Se sim, tal fato aumentaria o léxico e o custo da aquisição. Essa possibilidade, entretanto, é contra-intuitiva, já que a observação da língua em uso, com produções não-dicionarizadas, evidencia novas criações lexicais que lançam mão do sufixo para veicular este ou aquele conteúdo. São criações

relativamente recentes ‘pagodeiro’ e ‘funqueiro’, que podem expressar agente profissional ou habitual, assim como ‘brameiro’, que só designa, pela própria natureza da atividade (consumir uma determinada marca de cerveja), agente habitual. Se há extensão regular dos significados dos sufixos para determinadas acepções, é lícito pensar, pois, que se trata de polissemia e não de homonímia. E mais, que tais extensões formam redes motivadas por processos metafóricos ou metonímicos (GONÇALVES & ALMEIDA, 2006).

Caso interessante de sufixo que aparentemente têm vários e diferentes significados é o de -ura. Verificações em trabalhos filológicos indicam que o sufixo *ura*, no latim, era formador de adjetivos e, em português, tornou-se um sufixo formador de nomes a partir de adjetivos (‘largura’, ‘alvura’) e verbos (‘mordedura’, ‘armadura’). Said Ali (1971) ensina que muitos termos de origem verbal em -ura foram introduzidos no português por via erudita (‘formatura’) ou foram recebidos diretamente do latim, desaparecendo os respectivos verbos, ou tomando estas formas diferentes (‘pintura’ << ‘pictura’ << ‘pictor’ << ‘pingo’). Ainda segundo Said Ali (1971: 237),

“a sobrevivência, na linguagem popular, de nomes em -ura, perdida a relação associativa que tinham certos verbos latinos, emprestou ao elemento formativo novo aspecto, habilitando-o para juntar-se também aos adjetivos. Assim, é que já nos primeiros tempos da língua portuguesa havia substantivos em -ura derivados de adjetivos, aos quais pouco a pouco se foram juntando outros muitos: longura, largura, brancura, verdura, grandura, negrura, grossura, formosura, etc.”

No que diz respeito às especificações semânticas e à produtividade, informa o mesmo autor que o sufixo gera nomes de ação, porém possui baixa produtividade, uma vez que esses nomes podem constituir-se de outros elementos formativos ou sofrer mudança de sentido, sendo aplicado para designar objetos materiais: ‘fechadura’, ‘abotoadura’. Câmara Jr. (1979) afirma categoricamente, entretanto, que *ura* não é produtivo para os substantivos abstratos de ação. Coutinho (1969), por sua

vez, assinala que o sufixo *-ura* é formador de substantivos que indicam qualidade (‘grossura’), estado (‘frescura’), instrumento (‘atadura’), objeto (‘abotoadura’), ação (‘mordedura’) ou resultado (‘feitura’). A par das diferentes constatações, vê-se que essas análises apontam para relação de homonímia, se é considerado o seguinte critério: formas homônimas são aquelas fonologicamente iguais, cujas significações não se consegue associar num mesmo campo semântico.

Estamos, pois, diante de duas constatações parciais: a improdutividade do sufixo *ura* e o fato de esse sufixo assumir diferentes valores, com diferentes funções, nas bases a que se junta. Para verificar a primeira, fizemos uma busca com a ferramenta eletrônica *Google* em sítios de relacionamento da *internet*. Tal atividade trouxe as seguintes palavras não-dicionarizadas:

(17)	magrura	bonitura	zonzura
	chatura	pobrura	pretura
	doidura	limpura	viadura

Essas palavras, como já havia verificado Said Ali para a produtividade do *ura* em português, formam nomes a partir de adjetivos e integram o grupo mais produtivo, embora não o único de formas novas – há aquelas cujas bases são substantivos (‘tamanhura’, ‘coisura’, ‘limpezura’) e aquelas com bases verbais (‘varredura’, ‘vendedura’, ‘abridura’).

Cotejamos o grupo mais produtivo das novas formas com o grupo mais produtivo das formas encontradas no português arcaico, organizadas por similaridade semântica, independentemente da classe da base. Nesse grupo, temos formas como ‘quentura’, ‘corredura’, ‘queixadura’, ‘catadura’ e ‘esfoladura’, entre outras.

A conclusão aponta instigante fato: tanto as formas do português arcaico quanto as novas representam a propriedade de excesso em relação à especificação da base. Estamos, sem dúvida, diante de uma generalização e face a uma possibilidade de rever a homonímia atribuída a esse sufixo. Mas como propor a unificação da análise?

A importância da motivação semântica para a formação de novas palavras, assim como a dos processos figurativos como a metáfora e a metonímia, vem permitindo novas perspectivas à compreensão dos estudos morfológicos. Como evidência de motivação semântica para formação de palavras, temos o caso de ‘paixonite’, ‘preguicite’ e ‘frescurite’, que podem ser analisadas levando-se em conta a conceptualização de sentimento (“paixão”) e de atitude (“preguiça” e “frescura”) como doença sem grande gravidade, inflamação curável, tal como ‘apendicite’, ‘laringite’ e ‘tendinite’. Há ainda a utilização do sufixo *ete* para denominar aquela que faz parte de um grupo liderado por alguém, como ‘chacrete’ (bailarina que dançava no programa comandado pelo apresentador Charcrinha), ‘xuxete’ (assistente de palco da apresentadora Xuxa) e ‘martellete’ (aluna participante do grupo do professor Martellota). Tanto no caso das palavras derivadas por *ite* quanto por *ete* verifica-se a motivação semasiológica para a formação, como também a polissemia sufixal, porque os sentidos são adaptados às bases.

Caso interessante também de se observar é o dos compostos, para os quais a literatura especializada lança mão da idiosincrasia para explicar as formações. Vemos, entretanto, que compostos podem criar padrões com um determinado núcleo que vai sendo reutilizado sempre com novos reenquadramentos. É o caso atual de palavras formadas com ‘bolsa’.

A palavra *bolsa* (do grego “byrse”, do latim “bursa”), para designar objeto que porta algo de valor, já surgiu por metonímia, pois sua primeira acepção – “couro” – designava o material de que era feito o utensílio. A palavra passa depois a designar “ajuda de custos” para determinado fim e temos, então, ‘bolsa-família’, ‘bolsa-escola’. O valor de tal conceito abstratizado (*bolsa* como auxílio a fundo perdido com fins sociais), em determinado momento sócio-histórico, permite a formação de novas palavras que se valem das extensões de sentido, mas que mantêm o cunho de “auxílio com fins sociais”. É, então, que atualmente circula na grande imprensa a palavra ‘bolsa-ditadura’, para designar “indenização governamental a vítimas da ditadura militar”, e ‘bolsa-derrota’, “ressarcimento a cabos eleitorais de candidatos a cargos políticos que perderam as eleições”.

Vê-se, nos casos de ‘bolsa-ditadura e ‘bolsa-derrota’, que o sentido básico desbota, mas surge ainda para tentar caracterizar o aspecto social. Vale notar, nessas formações, a metonímia do segundo termo dos compostos. Interessante verificar, nesse conjunto promovido pela palavra “bolsa”, a formação ‘bolsa-floresta’, que expressa devastação mensal da Amazônia, que desfavorece interesses sociais, mas cuja utilização remete à continuidade de ocorrência.

Não por acaso, em texto que fala de novas expressões (‘sinistro’, ‘bizarro’), o escritor João Ubaldo Ribeiro publicou em setembro o artigo “O Bolsa Blindagem”, em vários jornais do país. Nele, o escritor chama atenção para a proliferação e a necessidade de popularização da “blindagem” de carros, apartamentos e do mais que seja necessário, sugerindo que o governo crie uma bolsa com tal fim.

Em todos os casos expostos, há oscilação do conceito de ‘bolsa’, que ora aponta para contribuição necessária, obrigatória, regular, ora aponta apenas para subsídio governamental supérfluo, ora somente para o caráter de mensalidade, mesmo que sendo de instituições privadas. Além disso, as relações que ‘bolsa’ mantém com o segundo elemento tanto podem ser de causa (como ‘bolsa de estudo’, ‘bolsa-família’, ‘bolsa-ditadura’, ‘bolsa-blindagem’), como de consequência (‘bolsa-floresta’) da contribuição. As ocorrências notadas nas formações com ‘bolsa’ são similares às com ‘vale’ (‘vale-transporte’, ‘vale-leite’, ‘vale-tudo’) e às com ‘seguro’ (‘seguro-desemprego’, ‘seguro-saúde’).

Palavras finais

Neste artigo, discutiui-se uma série de fatos que conspiram contra o ideal de univocidade ente forma e significado em morfologia. Foram tomados dois diferentes pontos de vista: em primeiro lugar, observaram-se casos de distúrbio na forma, para, a seguir, refletir sobre as diferentes relações de significado envolvendo um elemento morfológico. O artigo, no entanto, não teve por meta apresentar soluções para os diferentes desvios na relação forma-conteúdo, mas mapear as situações de conflito entre essas duas instâncias que caracterizam as unidades da morfologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Stephen. Where's Morphology? *Linguistic Inquiry*, 13 (1): 571-612, 1982.

ANDERSON, Stephen. Inflectional Morphology. In: SHOPEN, T. (org.). *Language Typology and Sintatic description*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-203, 1985.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.

BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BYBEE, Joan. *Morphology: the relations between meaning and form*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1985.

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à lingüística*. Porto Alegre: Globo, 1985.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CHOMSKY, Noan & HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. Massachusetts: MIT Press, 1968.

COUTINHO, Ismael. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

CRYSTAL, David. *Dicionário de Lingüística e Fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CUNHA, António Geraldo da. *Dicionário etimológico do português*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa - Revista de Lingüística*, Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GONÇALVES, Carlos Alexandre & ALBUQUERQUE, Luciana. Análise da reduplicação em dados de aquisição: uma abordagem otimalista. In: *Questões de morfossintaxe*. Rio de Janeiro : CiFeFil, 2004. v. 8. p. 45-53.

GONÇALVES, Carlos Alexandre & ALMEIDA, Maria Lúcia. Aplicação da construction grammar à morfologia: o caso das formas X-eiro. *Lingüística* (PPGL/UFRJ), v. 2, p. 229-242, 2006.

GLEASON, H. A. *Introdução à Lingüística Descritiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegómenos a uma teoria del lenguaje*. Madrid: Gredos, 1963.

HOCKETT, L. *Structural linguistics*. Chicago: Phoenix Books, 1947.

JENSEN, John. *Morphology: word structure in generative grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

JOSEPH, Brian. Diachronic Morphology. In: SPENCER, A. & ZWICK, A. (eds.). *The handbook of morphology*. Cambridge: CUP Press, 1998.

LANGACKER, Ronald. *A linguagem e sua estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1977.

MATHEWS, Paul. *Morphology: an introduction to theory of word-structure*. Cambridge: Cambridge University press, 1974.

McCARTHY, Joan & PRINCE, Alan. Prosodic morphology. In: SPENCER, A. & ZWICK, A. (eds.). *The handbook of morphology*. Cambridge: CUP Press, 1998.

NIDA, Eugéne. *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.

PIÑEROS, Carlos Eduardo. *Word-blending as a case of non-concative morphology in spanish*. Rutgers: Rutgers University, 2000.

ROCHA, Luiz Carlos. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SAID ALI, Manuel de. *Dificuldades da Língua Portuguesa. Estudos e observações*, 5.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1971.

SILVA, Augusto Soares da. *O mundo dos sentidos*. Coimbra: Almedina, 2006.

SPENCER, Andrew. *Morphological Theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.

TOGEBY, Knud. *Structure immanente de la langue française*. Paris: Larousse, 1965.

WETZELS, Leo. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, 23 (1): 5-18, 1992.

Resumo:

Levantamento dos distúrbios no mapeamento forma-conteúdo em morfologia e implicações para modelos de análise lingüística. Exame dos processos fonológicos de fronteira e da polissemia das construções morfológicas.

Abstract:

Inventory of form and meaning relationship problems and implication for linguistic analysis models. The in-

investigation of phonological process in morphological limits and the exam of the polissemym in morphological constructions.

Palavras-Chave: Morfema; Mapeamento forma-conteúdo; Processos fonológicos de fronteira; Unidades de análise lingüística.

Keywords: Morphology; Form and meaning relationship; Morpheme.